

O papel da mulher na economia doméstica escravista

29

Almir El-Kareh

Universidade Federal Fluminense y Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.J
almirelkareh@gmail.com

Laboratorio

Resumen

Proponho, neste ensaio, a construção de um conceito, o de modo de produção doméstico mercantil escravista, que seja capaz de dar sentido histórico ao papel da mulher como agente transformador. Nele, a dona de casa ocupa a posição primordial de organizadora da produção, subvertendo a imagem de mulher submissa e ociosa transmitida por viajantes e disseminada pela imprensa da época, ou aquela de trabalhadora doméstica explorada por seu marido, típica do modo de produção doméstico e tão grata às intelectuais feministas. O conceito de modo de produção doméstico mercantil escravista permite compreender melhor as relações de produção e de comercialização escravistas urbanas, bem como as afetivas, inclusive sexuais, entre os membros da família entre si e com a domesticidade, bem como a transição das relações domésticas escravistas para relações assalariadas. Em outras palavras, permite compreender como a casa escravista se transformou no lar burguês e como a escrava da casa deu lugar à “escrava” do lar, fosse ela a empregada doméstica livre ou a dona de casa pobre.

Palabras claves: modo de produção doméstico mercantil escravista – mercantilização do corpo da mulher – a mulher na organização e funcionamento da economia urbana – a transição para a economia doméstica assalariada

Summary

I propose, in this essay, the construction of a concept, the slave domestic commercial mode of production, that is capable of giving historical meaning

to the role of woman as transformative agent. In it, the housewife occupies the primordial position of organizing the production, subverting the image of a submissive and idle woman, transmitted by travelers and disseminated by the press of the time, or that of a domestic worker exploited by her husband, typical of the domestic mode of production. so grateful to feminist intellectuals. The concept of slave domestic commercial mode of production allows a better understanding of the urban slave relations of production and commercialization, as well as the affective, including sexual, relations of slave production and commercialization between family members and with domesticity, as well as the transition from slaveholding domestic relations to salaried relationships. In other words, it allows us to understand how the slave house became the bourgeois home and how the house slave gave way to the home 'slave', whether she was the free maid or the poor housewife.

Keywords: the slave domestic commercial mode of production – mercantilization of women's bodies – women in the organization and functioning of the urban economy – the transition to the salaried domestic economy.

Recibido: 14 de mayo de 2019

Aprobado: 9 de septiembre de 2019

A historiografia da escravidão urbana no Rio de Janeiro

A falha principal dos excelentes trabalhos sobre a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro no século XIX (Graham, 1992; Algranti, 1988; Silva, 1998; Karasch, 2000; Soares, 2007; Acerbi, 2017) reside no fato de não serem capazes de situar as relações sociais de trabalho urbano, como o escravo “ao ganho” e o “de aluguel”, nem mesmo o escravo doméstico voltado para a produção mercantil, bem como certas formas de relações sociais, como as relações sexuais entre senhores e escravas, dentro de relações de produção e reprodução de uma estrutura econômica e social específica do escravismo urbano. Assim sendo, se o escravismo urbano é, de fato, claramente afirmado e definido como diferente do rural, esta diferença permanece apenas no nível da circulação das mercadorias, na descrição de algumas formas de trabalho escravo típicas das cidades e sua evolução, e não há, em nenhuma das obras, um esforço teórico em demonstrar que esta diferença estava ancorada na existência de uma estrutura econômica e social específica e própria da urbes, fundada na exploração compulsória da mão-de-obra escrava, ou mais precisamente, na existência de um ou mais modos de produção urbanos, ainda

que subordinados ao *modo de produção “colonial” escravista* (Cardoso, 1973), tipicamente rural, como o *modo de produção artesanal* e o *modo de produção doméstico* que se interagem, sendo este último, sem dúvida, um dos mais, senão o mais importante, e que será objeto deste ensaio.

Esta opção teórico-metodológica explica o desinteresse destes autores em esclarecer, por exemplo, porque as senhoras cariocas permaneciam “fechadas em casa”, “ociosas” e escondidas do olhar estranho; ou porque preferiam entregar seus filhos recém-nascidos a amas de leite e babás escravas, próprias ou alugadas, ou colocá-los por longos anos em casa de famílias de adoção, pagas para isto; ou porque, eram mais severas e cruéis que os próprios senhores na punição dos seus escravos; e, mais grave ainda, esta insuficiência teórica ao tentar compreender, fora da produção, a partir apenas das circulação das mercadorias, sendo os próprios escravos a principal delas, como se organizou toda a vida econômica urbana e se operou a transformação das relações de produção, de escravistas para assalariadas, mesmo antes da abolição da escravidão.

Seria, pois, necessário recuperar o conceito de modo de produção doméstico e, a partir dele, na sua relação com o capital comercial, tentar entender como funcionava a economia escravista urbana e como é que a casa escravista se transformou, ao longo do século XIX, no lar burguês.

Com efeito, no caso da economia doméstica, seria necessário considerar não só que ela estava inserida numa sociedade predominantemente escravista, em que outros modos e formas de produção escravistas e não escravistas subsistiam, e que sobre a sociedade brasileira, como um todo, pesava a mão poderosa do capitalismo na busca inexorável de novos mercados para seus produtos; como também, seria necessário reconhecer que esta economia doméstica tinha uma estrutura própria com leis de funcionamento específicas, ou seja, se constituía num modo de produção particular que, ao mesmo tempo, interagia com o modo de produção dominante, o *“colonial” escravista*, e com as formas particulares de circulação do capital comercial urbano do qual era parte. Enfim, seria preciso inserir a economia doméstica tanto na história conturbada do século XIX, atravessado por revoluções econômicas, demográficas e políticas, além de guerras, que repercutiam no Brasil, e abrir as portas do *domus* para que as mulheres se libertassem da mudez que lhes foi imposta pelos viajantes e da clausura teórica a que foram submetidas pelos historiadores, e pudessem, enfim, se expressar livremente.

Os marcos históricos da economia doméstica escravista urbana

O mundo se transformava rapidamente sob o domínio do capitalismo e, inevitavelmente, a cidade do Rio de Janeiro, desde o início do século XIX,

foi arrastada nesse processo avassalador e impiedoso que não respeitava tradições, hábitos ou costumes, pois era preciso, custe o que custasse, encontrar, ou melhor, criar consumidores para os produtos europeus, o que não era óbvio. Forçoso é lembrar que, no início daquele século, os hábitos coloniais da população brasileira, muito particulares e muito simplórios, não correspondiam aos hábitos dos europeus, e muito menos aos dos fabricantes ingleses e franceses, de gosto burguês e refinado. Era preciso, pois, que a indústria europeia adaptasse a sua produção aos hábitos brasileiros, ou então lhes impusesse novos hábitos de vida e de consumo, o que não se fez sem resistências (El-Kareh, 2016).

Destarte, particularmente no Rio de Janeiro, a tradicional produção doméstica, escravista, voltada basicamente para as necessidades da casa, e secundariamente para o incipiente mercado urbano, se viu sacudida pela animação que tomava conta das ruas e pelo incremento do número de consumidores de maior poder aquisitivo surgidos com a nova situação política do Brasil. Pois não é que o país, num fechar de olhos, se havia despido de seus trajes coloniais e se tornara sede do governo português, tendo, então, seus portos e seu território abertos aos estrangeiros, e, fato inimaginável alguns anos antes, fora elevado à posição de vice-reino unido ao de Portugal e Algarves!

Estas novas condições políticas fomentaram um dinâmico comércio sustentado pela população do Rio de Janeiro enriquecida pela vinda da nobreza portuguesa e da imigração europeia. Estes imigrantes estavam constituídos de ricos negociantes entre os quais mais se destacavam os ingleses e os alemães, bem como de numerosos ativos pequenos comerciantes e artesãos entre os quais sobressaíam os franceses. Eles foram secundados por um enorme contingente de artífices e empregados do comércio, os caixeiros, em sua maioria jovens lusos cuja idade variava entre 10 e 12 anos. Em consequência destas transformações demográficas e econômicas, se desenvolveu uma próspera economia mercantil de consumo de produtos importados, principalmente industrializados, mas alimentícios também, através de uma rede de lojas importadoras, atacadistas e, o que era uma novidade, de inúmeras lojas de comércio varejista.

A provinciana cidade do Rio de Janeiro tornou-se, em pouco tempo, um dinâmico mercado capitalista. De fato, as forças produtivas brasileiras, até então contidas pelo exclusivo colonial português e agora estimuladas especialmente pelos capitais e forças produtivas europeias, produziram uma verdadeira explosão social expressa na formação de uma numerosa e rica burguesia comercial urbana cujos interesses e origens nacionais díspares se expressavam em associações e círculos culturais distintos, mas que de maneira geral discriminavam os artesãos, comerciantes e profissionais liberais mais humildes, qualquer que fosse a sua nacionalidade. Uma nova

sociedade de classes mais diversificada despontava e, com ela, brotavam as diferentes formas de segregação e de distinção social, como o surgimento de espaços, especialmente os de lazer, dos quais os pobres foram excluídos, e de elegantes bairros aristocráticos suburbanos afastados do centro portuário e comercial no qual proliferavam as moradias infectas dos mais pobres e miseráveis.

É bem verdade que a capital do novo Império americano, que se formara em 1822, necessitava de uma infraestrutura condizente com a nova aristocracia e a burguesia comercial estrangeira que acolhia. O muito rápido crescimento da população e da produção de produtos exportáveis e de subsistência exigiu melhoramentos não só na área do alojamento, mas muito especialmente na do aparelhamento urbano e portuário, e na dos meios de transporte. A demanda de escravos urbanos, domésticos ou não, deu um salto. A questão da moradia, especialmente para a multidão de estrangeiros pobres que crescia de maneira inusitada e inesperada, bem como a da sua alimentação, se colocou como um dos maiores desafios urbanos da época.

A solução encontrada para a moradia dos ricos foi relativamente simples e se fez pela urbanização da periferia da cidade, até então ocupada pelas chácaras que, além de residências de recreação de famílias ricas, eram unidades produtoras escravistas rurais que forneciam produtos alimentícios, agrícolas e animais (leite, galinhas, perus e porcos), para os moradores da cidade, bem como capim e milho para o gado equino e muar que constituía o principal meio de transporte urbano, individual ou de tração.

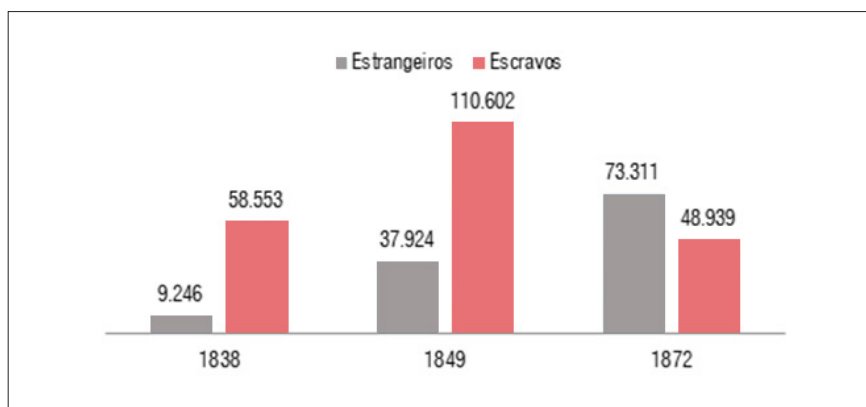
Quanto à moradia dos pobres, a solução encontrada foi mais simples ainda, pois não necessitou, como a criação dos novos bairros do subúrbio, de abertura de novas ruas, iluminação pública e criação de uma rede de água potável e outra de esgoto das águas pluviais e servidas, mas apenas de uma casa, de preferência no centro comercial e portuário, com um quintal suficientemente amplo, onde pudesse ser levantado, nos fundos dele, pelo preço mais módico possível, utilizando-se material reciclado, um conjunto de habitações minúsculas, baixas e coladas umas às outras, tendo um pátio comum onde havia uma bica d'água e uma latrina, ambas de uso coletivo: os cortiços, local de moradia e de trabalho, especialmente de lavadeiras, que proliferaram por todas as ruas do centro da cidade (El-Kareh, 2005-2007).

O aluguel de moradias nos cortiços foi um negócio muito lucrativo. De fato, era uma das mais rentáveis aplicações de capital urbano, apesar da forma inumana em que viviam seus inquilinos. Tanto assim, que atraiu grandes capitalistas, inclusive a Sua Alteza, o Conde d'Eu, genro do imperador e marido da futura herdeira do trono brasileiro, a Princesa Isabel, que o golpe de estado republicano de 15 de novembro de 1889 impediu que fosse um dia coroada.

Mas se os cortiços eram negócio dos mais afortunados, outros menos capitalizados tiraram, igualmente, proveito da falta crônica de habitação alugando aos imigrantes europeus e brasileiros livres pobres, em geral “de cor”, cômodos nas grandes residências do centro da cidade, desocupadas pelas famílias que se haviam mudado para os novos e elegantes bairros dos subúrbios, que se tornavam, assim, miseráveis cabeças-de-porco, mas altamente lucrativas para seus proprietários. Quanto às famílias mais modestas, procuraram, à sua maneira, ficar com uma fatia deste mercado imobiliário e aumentar a renda familiar, subdividindo suas próprias casas e alugando quartos a jovens solteiros, especialmente os “moços do comércio”, como eram chamados os comerciantes, bem como a jovens casais sem filhos e mulheres sós. Muitas destas famílias ofereciam, além de alojamento, roupa lavada e passada e refeições e se tornaram pensões de família. As que não tinham espaço suficiente para dividir com inquilinos, ofereciam apenas as refeições numa sala. Mas o grande negócio foi o de mandar levar as refeições, especialmente a principal, do meio dia, em caixas de papelão ou em marmitas de folhas de flandres, aos comerciantes e comerciantes celibatários em seu próprio local de trabalho.

O gráfico abaixo dá uma ideia da pressão feita pela imigração europeia sobre o mercado de trabalho e de consumo no Município do Rio de Janeiro entre 1838 e 1872:

Gráfico 1. Relação entre estrangeiros e escravos no Município do Rio de Janeiro entre 1838 e 1872



Fonte: Elaboração a partir de dados fornecidos por Soares (2007, p. 364)

Ora, como a economia doméstica era uma atribuição feminina, a iniciativa de alugar quartos, lavar e passar roupa, preparar e servir comida partiu naturalmente das mulheres, estrangeiras e nacionais, muitas viúvas, que encontraram

neste negócio o meio de seu sustento e, algumas vezes, de seu enriquecimento. O seguinte anúncio, publicado em francês, no início da década de 1840, é uma boa amostra:

“Comida caseira, Travessa da Barreira nº 3. Cafés da manhã e almoços. Duas senhoras francesas, boas donas de casa, têm a honra de informar ao público que se encarregam da comida de pessoas sós e de famílias, entregando em domicílio nas horas combinadas, ao preço de 15\$000 por mês, por pessoa. Mediante uma pequena retribuição, elas fornecem igualmente os víveres aos escravos das pessoas a quem isto convier” (Jornal do Commercio [JC], 04/06/1841, Anúncios, p. 4).

Entretanto, este mercado de restauração não passou despercebido dos inúmeros restaurantes do centro comercial da cidade que passaram a disputá-lo acirradamente entre si e com as pensões de comida. Com efeito, se foram inúmeros os restaurantes que centraram suas atividades na oferta de refeições para os “moços do comércio”, maior ainda foi o número das donas de casa que ofereciam “comidas para fora”. Elas souberam muito eficazmente transformar seu saber-fazer doméstico na preparação de alimentos relativamente baratos e na administração da casa em conhecimentos “empresariais” para se inserirem neste novo mercado, aproveitando-se da falta de estrutura da cidade para receber, em tão pouco tempo, um contingente tão grande de imigrantes.

Porém, este saber-fazer feminino nunca foi oficialmente reconhecido e sua atividade empresarial, assim como a sua principal promotora, a dona de casa, ficou disfarçada na expressão “comer de pensão” que transferia o protagonismo da ação do produtor para o consumidor. O que não impediu, e é o que mais espanta, a capacidade destas mulheres, que pareciam viver “fechadas em suas casas”, de se apropriarem do meio mais eficiente de comunicação da época, os jornais, ocupando diariamente suas colunas de anúncios, nada baratos, driblando seus altos preços com pequenos avisos anônimos do tipo “*dá-se comida para fora*”, “*aluga-se quartos mobiliados e sem o ser*”, e outros mais. (El-Kareh, 2008).

Desta forma, sem fazer muito alarde, talvez para não incomodar o silêncio imposto secularmente pelos homens, elas ocuparam pouco a pouco uma grande fatia do mercado de locação de quartos e de fornecimento de alimentos preparados, vendidos em “pensões de família” ou por “pensões de comida”, como também por vendedores ambulantes, escravos e livres, nas ruas. E, silenciosamente, resolveram em grande parte o cabeludo problema de como se alojar e se alimentar, sem muito dinheiro, na capital do Império.

Com efeito, por um esforço fundamentalmente feminino e seu saber-fazer doméstico, a produção caseira, colonial e escravista em sua origem, se adaptou às novas condições urbanas cariocas resultantes da inserção do Rio ao mercado mundial capitalista que caminhava no sentido da substituição do escravo

pelo trabalhador assalariado. E, assim, pelo menos desta vez, a “natureza feminina” prestou um bom serviço às mulheres.

O *domus* carioca: uma unidade produtiva

Vale a pena lembrar que o emprego de homens e mulheres como escravos domésticos caracterizou o espaço da casa escravista. A casa não era apenas um lugar de moradia e de reprodução da família, era, também, onde boa parte de tudo o que aí se consumia era produzido, especialmente o vestuário e a comida, e onde a escravidão se reproduzia simbólica e fisicamente. E era a senhora, a dona da casa, quem dirigia a casa, organizava o trabalho e a produção dos bens de consumo da família e de um excedente que era comercializado. Além de ser, juntamente com seu marido, responsável pela moralidade de seus escravos, sua vida sexual e seus casamentos.

A venda do excedente escravista doméstico, em trabalho ou em mercadoria, juntamente com a renda auferida na oficina ou no comércio do dono da casa, era a sua base econômica. Havia, no entanto, famílias que viviam apenas da renda obtida com o aluguel dos escravos para outras famílias ou com os escravos empregados “ao ganho”, ou seja, em pequenos trabalhos na rua, como o comércio ambulante.

No âmbito da casa, havia algumas tarefas domésticas especificamente femininas, como a costura e o bordado e a de mucama e ama de leite; outras, especificamente masculinas (pajem, alfaiate, jardineiro, boleiro, cocheiro). As demais tarefas domésticas, como lavar, passar, cozinhar e servir a mesa, eram realizadas por escravos de ambos os sexos, por serem os escravos do sexo masculino, de longe, os mais numerosos. Muitos destes escravos eram capazes de realizar bem várias destas tarefas, o que aumentava o seu preço de venda ou de locação. Daí a importância de sua formação profissional. E se a mucama era, de todos os trabalhadores domésticos, a mais qualificada e a mais cara, é porque era quem prestava mais serviços à sua senhora, inclusive os que tinham a ver com o seu trato pessoal. Sua valorização refletia a importância da senhora no âmbito da casa e dentro da sociedade.

Algumas destas tarefas domésticas podiam ser feitas, em troca de remuneração, para outras famílias, como lavar e passar roupa para fora, receber crianças para amamentar ou criar. A escrava que cozinava para a família podia participar da confecção de guloseimas para serem vendidas na rua e, ela mesma, sair à rua com um tabuleiro para vendê-las, como escrava “ao ganho”. Bem como o escravo cozinheiro da casa podia ser alugado a outra família apenas para ajudar na preparação de um banquete.

Aparentemente, as profissões propriamente artesanais, todas masculinas, como as de pedreiro, carpinteiro, marceneiro, correeiro, serrador, pescador,

mergulhador, remador, padeiro, sapateiro, calceteiro, cavouqueiro e muitas outras mais, eram realizadas nas oficinas, ateliês, embarcações e pedreiras de seus senhores, que também podiam alugá-los a outros senhores pelo tempo exigido pelas tarefas contratadas.

O caráter empresarial da mulher carioca, fora do alcance da percepção “masculina” dos viajantes estrangeiros, foi claramente enxergado por duas europeias, uma de passagem, em 1842, a outra, moradora no Rio durante quinze anos, a partir de 1850. A primeira, a austríaca Ida Pfeiffer, se espantou com “*este amor extraordinário pelo lucro*” da mulher brasileira e o costume generalizado, que favorecia a sua independência, de receber do marido “*um ou vários escravos, machos ou fêmeas*”, a quem ela ensinava, ou mandava ensinar, a cozinhar, costurar e bordar, além de outras artes, e depois alugava, por dia, por semana ou por mês, servindo-se desta renda à sua vontade (Pfeiffer, 1859, p. 45). A segunda, a francesa Adèle Toussaint-Samson, escarneceu daqueles que afirmavam que as mulheres cariocas passavam o dia a engordar sobre os canapês, quando na verdade empregavam o tempo produtivamente, desde manhã bem cedo, “*sem meias e de tamanco, e um penhoar de musseline como única vestimenta*”, a organizar o trabalho de confecção e venda ambulante de alimentos preparados por seus escravos (Toussaint-Samson, 1883, p. 157).

Se torna, portanto, evidente que a compreensão do *domus* escravista em sua totalidade, como lócus da família e unidade de produção e reprodução dela (como também dos escravos, pelas relações sexuais lícitas ou às escondidas entre eles, ou ilícitas, mas não proibidas, dos patrões e seus filhos com suas escravas), da sociedade e da economia urbana, só pode ser alcançada através de sua análise global como um *modo de produção doméstico mercantil escravista urbano*, subordinado ao capital comercial. Nele, sobretudo a dona de casa, a senhora, detinha o papel de organizadora e controladora da produção e da comercialização de bens e serviços; e o “escravo doméstico”, um trabalhador com papel definido na economia mercantil urbana como produtor e/ou prestador de serviços.

Dentro desta perspectiva teórico-metodológica, onde é preciso levar-se em conta as transformações por que passava o mercado mundial, em que a sociedade do Rio de Janeiro estava inserida, o *modo de produção doméstico mercantil escravista* se metamorfoseia, adaptando-se às pressões e injunções do capitalismo em pleno vigor expansionista. O papel econômico, empresarial e produtivo da dona de casa escravista se acentua com a expansão do mercado consumidor interno. O *domus* como unidade de produção e prestação de serviços se especializa, o trabalho escravo se qualifica e se especializa. Mulheres formadoras de “escravas domésticas prendadas”, as mucamas, oferecem ensino profissional em sistema de internato e externato a meninas escravas a partir dos sete anos de idade. Artesãos de todos os ramos da produção tomavam como aprendizes jovens escravos a quem formavam em suas artes específicas.

Assim, a economia doméstica não só reproduzia suas relações de trabalho escravistas como fornecia escravos para o modo de produção artesanal mercantil urbano. E, sem sair de casa, as senhoras invadiam a esfera pública e faziam girar os mecanismos da produção escravista urbana (El-Kareh, 2008).

O *Folhetim A Semana* do Jornal do Commercio de 28 de janeiro de 1855, ainda que num tom exageradamente alarmante, manifestava o temor das famílias cariocas diante da impossibilidade de renovação dos plantéis de escravos desde a proibição de sua importação da África em 1850 e a consequente elevação dos preços dos escravos existentes no Império. Ele dizia:

“Sabe-se que muitas famílias, especialmente dentre as menos abastadas, vivem do aluguel, quer do jornal de seus escravos, quer das pequenas indústrias que por meio deles exercem. Quantas casas são aí sustentadas pelo que ganham duas ou três escravas em lavar, engomar, em fazer doces? Entretanto, a morte vai ceifando os escravos; essas famílias vão vendo rapidamente aniquilar-se o capital de cuja renda tiravam a sua subsistência. Qual a sorte a que ficarão reduzidas?” (JC, 28/01/1855, Folhetim, p. 1).

A previsível escassez de mão-de-obra escrava num momento de aceleração da produção agrícola de exportação e da economia urbana, coincidia com um grande movimento demográfico internacional, especialmente europeu, em demanda das novas nações americanas, do qual o Brasil se beneficiou. A cidade do Rio de Janeiro fazia parte do itinerário daqueles que queriam “fazer a América” e, em particular, dos que sonhavam em “fazer o Brasil”.

Desde então, o crescimento do número de lojas voltadas para o comércio de produtos alimentícios e da restauração, o avanço das atividades exercidas principalmente por pequenos comerciantes estrangeiros, além do surgimento das modernas empresas de transporte de passageiros e cargas sobre trilhos e da navegação a vapor, e da inauguração de empresas de transporte, em carroças e em barris hermeticamente fechados, dos detritos caseiros e das “águas servidas”, utilizando trabalhadores livres, tendem a substituir tanto os escravos domésticos, quanto os “de aluguel” e “ao ganho”, cada vez mais escassos e caros. Desta sorte, a propriedade do escravo se tornou privilégio dos mais afortunados e um número cada vez maior de famílias teve que se contentar em alugá-los quando deles necessitavam. Por isso a locação de escravos para serviços domésticos se tornou uma das mais rentáveis fontes de ingresso urbano para seus proprietários e proprietárias.

O avanço das atividades capitalistas no âmbito do comércio e da produção fazia com que a base mercantil do *modo de produção doméstico escravista urbano se encolhesse*. O escritor e jornalista França Junior resumiu esta tendência numa frase: “O que pertencia aos tabuleiros passou para o domínio das confeitarias” (O Paiz, 16/11/1885, Ecos Fluminenses, p. 2).

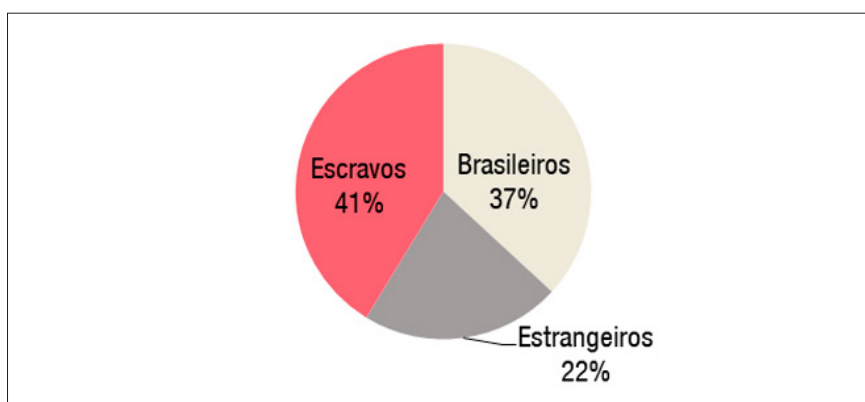
A economia doméstica tendeu a se acantonar no cada vez mais lucrativo

negócio do aluguel de escravos para as tarefas fundamentais de uma família, como cozinhar, lavar e passar, e, mais especialmente, das indispensáveis amas de leite escravas, bem como nos prósperos ramos da alimentação e da hotelaria, dando origem a economias domésticas híbridas onde atividades de tipo capitalista conviviam com outras tipicamente escravistas. A tendência, pois, apontava para o emprego cada vez maior de trabalhadores livres no mercado urbano e o surgimento de um *modo de produção doméstico mercantil assalariado* em que as relações de trabalho permaneciam desiguais, pendendo favoravelmente para o lado das patroas.

Este processo se dá, tendencialmente, também nos lares “de pouca família”, onde a economia doméstica visava essencialmente o bem-estar de seus membros. Aí, passa-se a preferir apenas uma empregada, menos qualificada e mais barata, preferentemente livre e desprotegida, *“para todo o serviço”*.

De fato, com o fim do tráfico negreiro africano e o desvio dos escravos urbanos do sexo masculino para as plantações, a mão-de-obra doméstica não só ficou muito mais cara como se feminizou.

Gráfico 2: Trabalhadores domésticos de ambos os sexos do município do Rio de Janeiro em 1872



Fonte: Elaboração a partir de dados fornecidos por Soares (2007, p. 414)

Esta “feminização” da produção doméstica se acentuou com o afluxo de muitas imigrantes europeias, pobres e desprotegidas, logo, baratas. Entretanto, o emprego da mão-de-obra livre doméstica engendrou, tendencialmente, maior exploração da mulher por outras mulheres, pois, a escrava alugada era, apesar de tudo, protegida enquanto patrimônio, por seu proprietário ou proprietária que estabelecia o preço de seu aluguel e as condições de seu emprego e sua exploração; enquanto que a empregada livre, adulta ou criança de ambos os sexos, fosse ela imigrante ou forra, particularmente depois da abolição da

escravidão em 13 de maio de 1888, estava totalmente desamparada e à mercê de sua patroa. De fato, enquanto a senhora da escrava recebia por sua locação um aluguel, a preço de mercado, a empregada estrangeira livre, em geral desqualificada, recebia em troca de seu trabalho a remuneração que a patroa estabelecia a seu critério, muito frequentemente “proteção”, ou seja, casa, alguma roupa e comida, ou um pequeno salário. O problema não era, pois, de gênero, mas de classe social.

De fato, na segunda metade do século XIX, o processo de substituição do trabalho doméstico escravo pelo livre ficou evidente com a oferta de grande número de mulheres imigrantes que desvalorizou o trabalho doméstico escravo, especialmente o não produtivo, ou seja, aquele voltado para o consumo e bem-estar da família. A renda aluguel obtida com a locação dos escravos domésticos cai, a não ser para as amas de leite e para as escravas “perfeitas” em suas artes, particularmente as cozinheiras, lavadeiras e passadeiras, muito requisitadas pelas pensões de família e de comida, bem como pela rede hoteleira. A escrava doméstica, em geral, se desvaloriza, sem que o trabalho doméstico livre se valorize, muito pelo contrário.

Enfim, nas últimas décadas do século XIX, as casas em que o *modo de produção doméstico mercantil escravista urbano*, já caduco, se submetia definitivamente à marcha do capitalismo, transformaram-se em prósperas casas de pensão de família ou de pensão de comida, ou simplesmente em casas de aluguel de cômodos, com ou sem serviço de quarto. Neste novo mercado que se abria, muito competitivo e cada vez mais baseado em relações assalariadas, o emprego de cozinheiras, lavadeiras e passadeiras qualificadas, livres e escravas, ainda que relativamente caras, era uma questão mais que tudo de qualidade e eficiência.

A mulher como motor da economia capitalista

Do ponto de vista do consumo burguês, as famílias ricas fluminenses, primeiramente as urbanas e em seguida as rurais, logo assimilaram o gosto europeu pelo luxo e pelo conforto inaugurado no Rio com a instalação da aristocracia tráfuga portuguesa e dos ricos comerciantes europeus. Destarte, a rude e simples casa “colonial escravista” das camadas ricas se transformou rapidamente no requintado lar de gosto burguês.

Mas o espaço do lar não era organizado e administrado pelas mulheres? Logo, o que os cronistas e viajantes não dizem, e os historiadores omitem, é que eram as mulheres as responsáveis pela “economia doméstica”, pelo conforto e beleza dos interiores das casas, pelo seu mobiliário e decoração, pela compra de gêneros alimentícios, nacionais e importados, e pelo grande consumo dito “de modas”, ou seja, de joias, roupas, calçados, chapéus, perfumaria

em geral, além dos produtos de higiene do corpo e do lar. Enfim, eram as mulheres cariocas que ajudavam a mover as fábricas europeias de “sonhos de consumo”, especialmente as francesas. E, como era nas senhoras cariocas em que se espelhavam as mulheres de todo o Império, elas se tornaram o alvo da cobiça dos industriais europeus e seus agentes comerciais.

Era preciso, portanto, conquistá-las. As cariocas educadas em colégios dirigidos por religiosas ou por leigas francesas, inglesas e brasileiras, educadas na Europa, adquiriam pouco a pouco os seus hábitos e as suas maneiras de ver. Liam romances europeus, se identificavam com suas personagens e queriam viver e consumir como elas. A literatura e a moda, bem como a etiqueta e as boas maneiras, se tornaram um instrumento da expansão industrial europeia e de irradiação de sua cultura, ou melhor, de difusão do consumo de sua civilização, especialmente de seus bens materiais. Para o capitalismo, a mulher romântica, improdutiva e consumista, era a mulher ideal (Campbell, 2001).

Só que, à medida que se aburguesavam, as ricas senhoras cariocas abandonavam seu papel de organizadoras da produção doméstica, que lhes havia garantido uma certa autonomia econômica e um grau elevado de poder doméstico, sujeitando-se cada vez mais ao domínio dos maridos, que lhes proviam os meios para a sua ostentação e seu consumismo.

Proposta de construção do conceito de *modo de produção doméstico mercantil escravista urbano*

Como não podia deixar de ser, partimos de alguns pressupostos teóricos. Um primeiro, é o de que o conceito de *modo de produção doméstico mercantil escravista urbano*, só pode ser concebido em sua *subordinação formal ao capital*. O que significa dizer que a propriedade de escravos representava a existência de um capital acumulado investido na sua compra e na necessidade de reproduzi-lo para a compra de novos escravos e a reprodução do sistema. Logo, as atividades mercantis da economia doméstica escravista não só lhe eram, por definição, inerentes como imprescindíveis, razão de sua própria existência. Um segundo, é o de que a economia doméstica era responsável pela produção dos meios de existência da família e de seus escravos e reprodução física e sexual de todos os seus membros, bem como de produção e reprodução de todo o sistema. Um terceiro, é que era na produção doméstica mercantil que eram, principalmente, investidas as energias intelectuais e físicas dos organizadores da produção e dos trabalhadores diretos. E os escravos podiam atuar produtivamente tanto no âmbito da casa, como empregados domésticos produtores de mercadorias, quanto fora dela, como escravos “ao ganho” ou “de aluguel”, podendo acumular funções domésticas com outras fora de casa. E, finalmente, que a economia doméstica era apanágio da dona de casa que detinha não

só o saber-fazer doméstico, como também a propriedade e o controle, se não de todos, ao menos de parte dos escravos da casa, ainda que o marido, enquanto cabeça do casal, teórica e juridicamente administrasse legalmente o patrimônio da família, inclusive o dela. Lembrando, entretanto, que havia mulheres sós que herdavam o patrimônio de seus pais e mulheres viúvas que adquiriam todos os poderes legais de seu marido.

Estes pressupostos emprestam uma dimensão mais correta à importância da *economia doméstica escravista* no conjunto da economia urbana, pois ela se estendia além dos limites da casa. E se o emprego doméstico, segundo o censo de 1872 (Soares, 2007: 409), portanto, num momento de forte descenso da população escrava urbana, era de longe o de maior peso no mercado de trabalho escravo da cidade do Rio de Janeiro, ocupando 20.825 escravos, dos quais 8.098 homens e 12.727 mulheres, a ele haveria de se acrescentar, excluindo-se os 7.545 escravos sem profissão computados no mesmo censo, ao menos, as 1.217 costureiras escravas que se dividiam entre os afazeres propriamente domésticos e os do ateliê de suas senhoras.

Outro pressuposto, que no caso orienta nossa leitura das fontes e é de fundamental importância para este artigo, é o de que o preconceito contra o trabalho da mulher livre impedia a sua exposição pública enquanto “empreendedora”, organizadora da produção e reprodutora do capital. E, com efeito, ao admiti-lo nos vemos forçados a reler as fontes do século XIX, tanto a literatura de viagens e os jornais, quanto as fontes oficiais, e a buscar nas lacunas, nas pequenas incoerências, e, principalmente, no não dito, a presença da mulher propositalmente eclipsada. É, pois, esta mulher invisível que procuramos nos periódicos da cidade, particularmente ali, onde a presença feminina certamente devia estar presente, como na produção caseira de alimentos para a venda ambulante, nos anúncios de quartos de pensão ou de comida “para fora”, bem como no aluguel de amas de leite, que se tornara um dos mais prósperos negócios escravistas urbanos a partir da década de 1860. Ora, estes anúncios eram quase sempre anônimos, e quando saíam do anonimato, era para nomear, no caso da restauração, um agente masculino ou um restaurante. O que nos faz supor, a partir de nossas premissas, que eram em sua grande maioria mandados publicar por mulheres “empresárias” que deviam, ou que queriam, manter o anonimato.

Da mesma forma, enquanto os anúncios de aluguel e venda de escravos domésticos apareciam como sendo todos, supostamente, de autoria masculina, os reclamos de premiação pela restituição de escravos fugidos estampavam claramente o nome de seus senhores, quando homens. Entretanto, os nomes das senhoras reclamantes poucas vezes eram citados, sendo apenas identificadas pelo endereço em que o escravo ou escrava fugida deveria ser entregue, mediante recompensa. E é pelo endereço que se torna possível identificá-las. Do que se conclui que as fontes históricas, nestes casos particulares, tendem

a falsear a realidade, em detrimento da mulher, e nos obrigam a uma atenção redobrada.

Certas fontes, como os pedidos de licença para o emprego de escravos “ao ganho”, apresentados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Soares, 2007: 423-424), discriminavam o sexo de seus proprietários. Ali encontramos, entre 1851 e 1870, num total de 1.627 proprietários, a cifra significativa de 354 mulheres, portanto 21,63% deles. Entre as profissões declaradas pelas proprietárias de escravos “ao ganho”, apenas duas, provavelmente viúvas, declararam possuir um comércio, enquanto as 352 outras, bem como 1.136 proprietários, que correspondiam a 89% deles, não declararam a profissão, porque ser rentista e viver exclusivamente da exploração dos escravos “ao ganho” e “de aluguel”, não era uma profissão, mas apenas um meio de vida.

Os viajantes de ambos os sexos, com pouquíssimas exceções como a austríaca Ida Pfeiffer, o suíço Charles Pradez (1872) e a francesa Adèle Tousseint-Samson, também contribuíram para escamotear o papel produtivo da senhora. Foi o caso flagrante do francês Jean-Baptiste Debret que, ao relatar o sucesso espetacular da venda ambulante de pão-de-ló, o atribui a “uma numerosa família dedicada a esta ativa especulação” e “muitas outras pessoas” (Debret, 1835, tome II:130), sabendo perfeitamente que eram as senhoras que se encarregavam da produção caseira deles.

Esta atitude generalizada em apagar a presença econômica da senhora se encontra também no discurso oficial. Um bom exemplo disto está no Relatório do Chefe da Polícia da Corte para o ano de 1870, em que esta autoridade, ao condenar a prostituição das escravas por se entregarem a esta prática “*por ordem e consentimento de seus senhores*” que as obrigavam a se expor à janela, “*seminuas, e excitando por gestos, palavras e quase à força os transeuntes para fins libidinosos*”, admitia, no decorrer de seu relato, que a autoria deste crime, do qual “*auferiam exorbitante lucro*”, cabia, de fato, às senhoras: “*A escrava, posta à janela, não é uma mulher, é uma máquina que se move ao aceno de sua senhora, que a faz rir para os transeuntes*” sob ameaça do chicote, “*pois tem obrigação de apresentar no fim do dia uma diária nunca inferior a dez mil réis; (...) e assim vão as senhoras, verdadeiras mercadoras ambulantes de torpezas, vendendo a troco de mil réis o veneno da sífilis e a saúde da escrava que, por mais robusta que seja, não pode resistir a tais excessos*” (Ministério da Justiça, 1870: Relatório do Chefe da Polícia [MJ RCP]. Anexo A. 21-22). Note-se que um escravo “ao ganho” não rendia, em média, senão mil réis diariamente.

Assim, uma vez alertados para o preconceito embutido nas fontes históricas contra as donas de casa “empresárias”, e munidos não só dos pressupostos teóricos e metodológicos acima enunciados, mas também do quadro histórico anteriormente exposto, podemos, inspirados nos trabalhos dos antropólogos franceses Claude Meillassoux (1975) e Jean Copans (1987), a partir de casos africanos, formular quais seriam, hipoteticamente, as características do *modo*

de produção doméstico mercantil escravista e de sua transição para o *modo de produção doméstico mercantil assalariado*, que lhe seguiu.

Sem perder de vista, é claro, que este esforço teórico, partindo do aferimento de uma documentação densa e pertinente, pretende recuperar o papel da mulher, nacional e estrangeira, no Rio de Janeiro, no século XIX, como agente histórico da transformação por que passou a sociedade carioca.

Consequentemente, a partir de uma visão histórica global, nos propomos a avaliar a importância da mulher na construção dos *modos de produção doméstico mercantil urbano, escravista e assalariado*, bem como, secundariamente, nas novas relações de trabalho assalariadas que se instauraram na cidade, particularmente no comércio varejista da moda e nos ramos da hotelaria e da restauração, mas também na educação escolar de meninas, dos quais mais participava. O que nos leva, forçosamente, a definir, analisar e avaliar as principais estratégias femininas nos diferentes modos de produção que coexistiam e se confrontavam na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, e o peso relativo de sua participação na economia e sociedade cariocas.

Ora, se a importância da inserção da mulher na estrutura econômica e social, como produtora, se explica por si só dentro de uma visão de tradição marxista, em que os parâmetros superestruturais, políticos e jurídicos, também definem sua posição de dominação ou de subordinação, inclusive de seu próprio corpo (o que é evidente no caso da escrava), é ainda no nível da superestrutura ideológica e cultural da época que é possível compreender os preconceitos e tabus a que estava sujeita e que deixaram marcas nas próprias fontes históricas.

O conceito de *modo de produção doméstico*, pelo importante papel da mulher que lhe é inerente, foi particularmente investido pelos já citados antropólogos franceses e estudiosas feministas, como a socióloga francesa Christine Delphy (2001). Esta última, desde uma perspectiva de inspiração marxista, analisa este sistema patriarcal como tendo uma base econômica em que homens e mulheres se acham constituídos enquanto classes, e o trabalho doméstico não pode ser definido pela *natureza* das tarefas efetuadas, já que todas elas – administração da casa, cozinha, cuidado das crianças etc. – podem ser também objeto de troca comercial. Deste ponto de vista, não sendo redutível a um conjunto de tarefas a priori delimitado, o trabalho no *modo de produção doméstico* deve ser mais adequadamente definido como sendo todo trabalho efetuado gratuitamente por outrem no quadro do casal ou da família. Em outras palavras, para Delphy, no *modo de produção doméstico*, a mulher fornece bens e serviços domésticos a seu marido em troca, não de uma remuneração, mas de sua manutenção, pois ele provém as suas necessidades.

É nossa intenção demonstrar que o conceito de *modo de produção doméstico mercantil escravista*, especialmente o urbano, foge completamente deste padrão. E ainda que se trate de uma tentativa de construção deste conceito a partir de uma quantidade razoável de dados históricos já coletados, os enun-

ciados que se seguirão são todos hipotéticos e constituem em si as hipóteses deste ensaio.

No que respeita às forças produtivas escravistas domésticas, podemos afirmar que a tecnologia conta ainda muito pouco, sendo o produto resultado sobretudo da capacidade do trabalhador. Daí a importância da qualificação dos escravos, de ambos os sexos, em diferentes especialidades ao mesmo tempo, de acordo com a demanda do mercado de trabalho, que podia até incluir a alfabetização e as quatro operações aritméticas.

Para as meninas escravas havia escolas dirigidas por mulheres em que aprendiam, em regime de internato ou semi-internato, a serem perfeitas mucamas, ou seja, exímias em diferentes artes domésticas. Os meninos escravos aprendiam e se aperfeiçoavam trabalhando, em troca de sua formação, em restaurantes, padarias, ateliês e oficinas escravistas como aprendizes de artífices estrangeiros e nacionais.

Mas não bastava reproduzir a mão-de-obra escrava, qualificando-a, era preciso, também, reproduzir a classe dos senhores e senhoras, organizadores da produção e detentores de escravos. O exercício, quase que diariamente repetido da punição, era uma aula prática de como exercer o controle pelo terror e pelo medo.

A senhora se encarregou diretamente, ou indiretamente através de preceptores, da educação e formação de seus filhos, especialmente de suas filhas. Mas a formação da jovem senhora na economia da casa, ou seja, na organização, supervisão, controle e contabilidade do trabalho dos escravos domésticos e dos que estavam alugados ou trabalhando nas ruas, bem como sua punição, era sua especialidade.

Depois, como reflexo da paulatina, mas rápida, subordinação da sociedade carioca ao capital industrial, e do aumento e complexidade das suas forças produtivas, a educação se profissionalizou com o surgimento de colégios para meninos e outros para meninas. Mas, nem por isso, a senhora perdeu o controle sobre a formação de suas filhas reproduzindo, senão organizadoras da produção, ao menos severas controladoras da força de trabalho escravo, ensinando-lhes a humilhá-los permanentemente e a manejar com destreza os instrumentos de tortura domésticos, especialmente o chicote e a palmatória.

Ainda seria necessário cuidar que, tratando-se de uma economia mercantil, a propaganda era um importante meio de compra, venda e aluguel de escravos domésticos e de escravos “ao ganho”, e o anúncio em jornais era o principal veículo de difusão, mas não o único, podendo o produtor ou produtora se utilizar de tabuletas, dísticos ou da publicidade oral, de boca a boca.

Quanto às relações de produção domésticas mercantis escravistas, cabia sobretudo à dona da casa o controle do trabalho e da produção de homens e mulheres escravos, adultos e crianças, subvertendo a tradicional divisão sexual do trabalho no *modo de produção doméstico*: ela deixa de ser trabalhadora pas-

sando a organizadora e controladora da produção (ainda que possa realizar parte do trabalho, como no caso dos “trabalhos de agulha”) e faz praticamente desaparecer a divisão sexual do trabalho entre os empregados domésticos. Havendo, portanto, uma clara *divisão sexual do controle da produção doméstica*, cabendo à dona de casa a direção dos trabalhos caseiros voltados para o consumo e reprodução da família (ela era a responsável por sua alimentação) e da escravaria, bem como daqueles voltados para o mercado e, ao menos, de uma parte dos escravos “ao ganho” e “de aluguel”, e a sua punição. Quanto ao senhor, dono da casa, cabia a organização e controle do trabalho e da produção dos escravos em seu ateliê, fábrica ou comércio que podiam se confundir com o espaço da casa, bem como a sua punição; além dos seus escravos “ganhadores” e “de aluguel”.

Quanto aos trabalhadores diretos, os escravos, eles podiam ser mais ou menos qualificados em determinadas especialidades, podendo exercer algumas delas ao mesmo tempo, como a escrava cozinheira que, com seu tabuleiro, também vendia alimentos na rua. Eles podiam, da mesma forma, ser diretamente explorados por seus proprietários como seus escravos domésticos ou como escravos “ao ganho”, ou seja, como vendedores ambulantes, carregadores de objetos ou de sacas de café, transportadores de pessoas ou remadores de barcos e mil outros pequenos serviços urbanos.

Os escravos “ao ganho” estavam obrigados a entregar uma soma de dinheiro, previamente acordada, ao seu senhor fosse diariamente, semanalmente ou mensalmente. Se não o fizessem, estavam sujeitos a castigos severos, normalmente, chicotadas. Por isso, quando conseguiam obter uma soma superior à combinada, eles a guardavam para suprir os momentos de vacas magras.

Os escravos “ao ganho” que não viviam sob o mesmo teto de seus senhores, não lhes devendo prestações senão semanal ou mensalmente, eram responsáveis por sua própria existência, alimentando-se, vestindo-se e morando por sua própria conta. Era esta relativa liberdade dos escravos “ao ganho” que circulavam por toda a cidade vendendo, prestando serviços os mais variados, reunindo-se para comer e beber em botecos e quiosques, sujeitos apenas ao porte de uma licença de exercer o seu ofício e somente até às 10 horas da noite, que emprestava à escravidão urbana sua principal faceta, dando-lhe um colorido e uma sonoridade particulares, especialmente antes do fim do tráfico africano, com seus trajes típicos e seus dialetos.

Os escravos “de aluguel”, por sua vez, não eram diretamente explorados por seus proprietários enquanto estavam alugados a outros senhores. Eram estes últimos que, em troca de um aluguel cujo preço e condições do trabalho do escravo eram contratualmente estipulados, os exploravam diretamente fosse nos trabalhos domésticos, fosse em obras públicas, em pedreiras, no transporte aquático urbano como remadores ou em qualquer outro tipo de trabalho temporário.

Contudo, enquanto trabalhadores produtivos, os escravos deviam render o suficiente para a reprodução do capital que eles representavam e para a compra de novos escravos, ou para a substituição dos que morriam, dos aleijados e dos mais idosos que eram descartados sendo vendidos mais baratos, ou seja, para a reprodução do capital mercantil escravista e das relações de produção escravistas urbanas.

Uma das formas que assumiu o trabalho no *modo de produção doméstico mercantil escravista urbano*, foi a prostituição da escrava por seus senhores que as exploravam diretamente ou as alugavam a outros para este fim. Este negócio prosperou sobretudo com a chegada de uma multidão de imigrantes do sexo masculino, jovens e celibatários. Com efeito, alguns senhores e senhoras, para aumentar seus lucros, exacerbaram a sensualidade de certas escravas. Isto pode ser comprovado pela documentação policial e, nos anúncios de aluguel e venda de escravas (e de também de escravos) pela exaltação de suas qualidades físicas ou inclinações sexuais, como a “*vistosa, moça e sadia*” que era vendida “*por ser mui inclinada ao gênero masculino*” (JC, 13/02/1828, Aluguel, p. 4) ou a “*bonita crioula da Bahia, de 17 anos, sublime para dar jornal*” (JC, 07/02/1878, Anúncios, p. 8) que era descaradamente posta à venda para ser prostituída na rua, “ao ganho”, ou em prostíbulos, as “casas de escravas” entretidas por seus senhores e senhoras. A prostituição de escravas foi, de tal forma, um negócio lucrativo que sua expansão exagerada e “sem pudor” se tornou um problema de ordem pública, apesar de sua proibição a partir de 1870 (MJ RCP. Anexo A. 21-22).

É bem verdade que muitas escravas domésticas, que realizavam parte do trabalho como vendedoras ambulantes, “ao ganho”, aproveitavam os momentos “fora de casa” para se prostituir e obter uma renda própria. Nestas circunstâncias, agiam como “proprietárias de seu próprio corpo”, eram “livres” para comerciá-lo. Do mesmo jeito que a prostituição foi, também, uma das formas de trabalho de mulheres pobres e desamparadas que viram no comércio de seu próprio corpo um jeito de obter um pecúlio (quando não caíam nas garras de um cáften ou uma cafetina) e, quando grávidas não abortavam, se alugavam por bom preço como amas de leite.

Alguns traços culturais do modo de produção doméstico mercantil escravista

Poderíamos afirmar, portanto, que a escravidão doméstica liberou a dona de casa das tarefas ditas “femininas”, inclusive a de amamentar e cuidar de seus filhos, dando-lhe a necessária autonomia para a organização da produção mercantil doméstica. A subordinação da senhora ao senhor havia deixado de ser econômica e era mais que tudo cultural, jurídica e

ideológica.

Logo, a senhora carioca vivia “fechada em casa” porque era ela quem controlava o trabalho e a produção escravista doméstica e era responsável por sua reprodução. A casa era o seu domínio. E, ocupada com a produção, não estava, normalmente, convenientemente arrumada nem disponível para receber visitas, o que explica porque preferia permanecer “escondida” dos olhares estranhos.

Pode-se mesmo supor que, por que pusesse em primeiro lugar a sua autonomia e independência econômica, ela fechasse os olhos para as relações sexuais ilícitas de seu marido e seus filhos com as escravas, porque isto não só a liberava desta “obrigação” para com seu marido e facilitava o aprendizado sexual de seus filhos, como ainda possibilitava a reprodução dos seus escravos, aumentando seu patrimônio. De qualquer forma, ela era responsável pelo enraizamento e disseminação da ideologia “machista” do direito ao estupro.

Com efeito, as relações sexuais entretidas pelos senhores e seus filhos com as escravas da casa, próprias ou alugadas, ainda que pudessem ser motivo de rivalidades e rixas entre pais e filhos, eram uma forma de reprodução da mão-de-obra escrava, pois todo filho de mulher escrava era escravo, e fonte de renda, e havia uma procura permanente por amas de leite, que eram muito bem alugadas. Por sua vez, as relações sexuais dos patrões e seus filhos com as empregadas livres da casa produziam crianças livres, bastardas, socialmente desqualificadas e estigmatizadas, reproduzindo pobreza e mão-de-obra barata necessárias ao desenvolvimento do capital.

No entanto, as relações sexuais das senhoras e suas filhas, as “senhoras moças”, com escravos da casa, ainda que proibidas pela moral e alvo de todas as reprovações públicas, tinham lugar e com a mesma frequência dos inúmeros abortos e abandonos de crianças brancas e pardas. Estas relações se explicavam pela necessidade de satisfação sexual das solteiras e viúvas e das casadas insatisfeitas, mas também como manifestação do poder doméstico da mulher. Sem embargo, este poder podia ser ameaçado por algumas escravas que tentavam obter alguma parcela dele através das relações amorosas com seus senhores. E, de fato, algumas delas obtinham, assim, a liberdade para si e para os filhos nascidos destas relações, quando não o reconhecimento da paternidade.

E certos assassinatos de escravas por suas senhoras dão conta de um ódio e uma crueldade que não se explicariam senão pelo ciúme e pela ameaça ao seu poder. Como no caso daquela viúva que, certa de que seu escravo e amante estivesse mantendo relações sexuais com uma das escravas da casa, de quem estava grávida, a torturou com chicotadas por várias semanas, lhe dilacerou os lábios e lhe quebrou os dentes, e, enfim, a assassinou barbaramente lhe introduzindo, muito simbolicamente, “o cabo da

palmatória pela garganta, e depois pelas partes pudendas” (JC, 02/10/1833, Correspondências, p. 2).

Em todos os casos, a violência, inerente e fundamental à existência da escravidão, se comunicava a todas as formas de relações sociais, inclusive as afetivas e matrimoniais. Era, pois, natural que o senhor, por ser homem, espancasse sua mulher e seus filhos, da mesma forma que todos espancavam seus escravos. Paradoxalmente, as senhoras reagiam à violência conjugal redobrando a crueldade de seus castigos ou traindo seus maridos com os próprios escravos domésticos.

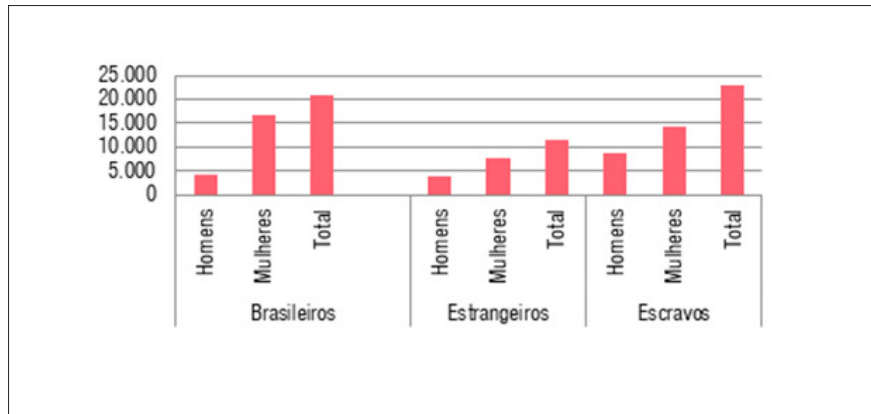
Assim, tanto no *modo de produção doméstico mercantil escravista urbano*, em que as escravas eram exploradas por suas senhoras, bem como no *modo de produção doméstico mercantil assalariado urbano*, no qual as empregadas domésticas eram sobre-exploradas por suas patroas, a questão do gênero perde em importância explicativa dando claramente lugar a relações de exploração econômica, de classe.

A crise do modo de produção doméstico mercantil escravista urbano e a expansão do modo de produção mercantil assalariado urbano, doméstico e fabril

Com o crescimento do mercado capitalista na cidade do Rio de Janeiro, o surgimento de oficinas e ateliês de artesãos e artífices livres, de fábricas com seus operários escravos e livres, a abertura de lojas de comércio a varejo de todo gênero empregando pessoal livre, a instalação em toda a cidade das redes subterrâneas de água potável e de esgoto das águas pluviais e servidas, e do sistema de iluminação a gás dos espaços públicos e das casas, além de um moderno e eficiente sistema de transportes urbanos sobre trilhos e de barcos a vapor, as famílias passaram a se abastecer cada vez mais fora de casa, a produção doméstica tendeu a se encolher e os seus serviços também.

A concorrência feita pelos trabalhadores livres, brasileiros (em geral forros, pardos e negros, designados pela expressão “de cor”) e estrangeiros, aos escravos domésticos, prejudicando seus proprietários que viviam da renda de seu aluguel, fica evidente no censo da população de 1872, representado no gráfico seguinte:

Gráfico 3. Trabalhadores domésticos do município do Rio de Janeiro em 1872



Fonte: Elaboração a partir dos dados fornecidos por Soares (2007, p. 414)

Nas famílias menos abastadas, depois do fim do tráfico africano, era comum o emprego de escravos de meia-idade de ambos os sexos, e até mesmo defeituosos, ou então muito jovens, ainda crianças, por serem mais baratos. E, após a oferta em profusão de imigrantes europeias pobres e consequente barateamento da mão-de-obra doméstica, se tornou frequente entre as famílias de menos posses ou pouco numerosas o emprego de uma só empregada doméstica (que podia ser uma mulher adulta ou um menino ou menina) menos qualificada e mais barata, escrava ou livre, “*para todo o serviço*”. O trabalho doméstico se feminizava e se infantilizava.

A situação do trabalhador doméstico livre tendia a se degradar. Enquanto o escravo doméstico contava com a proteção de sua senhora, interessada na preservação deste bem que lhe prestava serviços ou lhe auferia renda, a empregada doméstica livre, especialmente a estrangeira, estava à mercê de seus patrões, que podiam abusar de seu desamparo.

Enfim, o barateamento da mão-de-obra livre, pelo seu excesso de oferta, desvalorizou todo o trabalho, inclusive o escravo. Com o fim da escravidão, em 1888, esta tendência se acentuou e o trabalho doméstico tendeu, cada vez mais, a se feminizar, se infantilizar e a se desmonetizar. Observa-se, então, uma queda no poder de barganha da empregada doméstica livre por mais direitos, como o de dormir fora do trabalho e de não trabalhar aos domingos, e uma agravação da sua subordinação e exploração por sua patroa.

Foram as costureiras estrangeiras que inauguraram este ramo produtivo montando ateliês em suas casas, inicialmente com a ajuda de escravas costureiras, algumas exímias, que também executavam as tarefas propriamente domésticas. Posteriormente, passaram a empregar ajudantes livres, em geral

brasileiras “de cor” e abriram lojas de modas, que também vendiam tecidos importados. Algumas dessas costureiras mandavam “*vender modas*” (vestidos, chapéus, mantilhas, flores, plumas, luvas, perfumes e “*tudo o que pertence ao toucador de senhoras*”) nas ruas por vendedores ambulantes (JC, 03/03/1843, Anúncios, p. 4).

Esta mesma tendência podia ser verificada no setor da confecção de roupas femininas, o melhor exemplo do sucesso do empreendedorismo feminino no século XIX. Esta especialidade era exercida na economia doméstica escravista pela escrava costureira que “*sabiam vestir e pregar uma senhora*”, mas só tomou a organização de um ateliê de costura com a chegada de imigrantes francesas com suas “*lojas de modas*” em que empregavam escravas costureiras que também executavam as tarefas propriamente domésticas. Algumas delas mandavam “*vender modas*” (vestidos, chapéus, mantilhas, flores, plumas, luvas, perfumes e “*tudo o que pertence ao toucador de senhoras*”) nas ruas por vendedores ambulantes (JC, 03/03/1843, Anúncios, p. 4). Depois, passaram a empregar cada vez mais costureiras livres e disseminaram a arte da costura que chegou a contabilizar no censo da população de 1872, para o município do Rio de Janeiro, um total de 11.529 entre livres e escravas. Deste total, 7.785 eram brasileiras, 2.423 estrangeiras e apenas 1.384 eram escravas (Soares, 2007, p. 436). Este setor se expandiu sobretudo com as encomendas do Arsenal de Guerra.

As chamadas “*costuras do Arsenal de Guerra*” deram margem a uma acerbada luta entre as costureiras do Rio de Janeiro. As mais humildes, mulheres pobres, muitas viúvas de militares e esposas de militares que estavam nos campos de batalha, que dependiam destas costuras para sobreviverem, tiveram que enfrentar a cobiça das costureiras ricas e bem estabelecidas que tudo fizeram para controlar este negócio tão lucrativo.

As “*costuras do Arsenal*” compreendiam tendas, colchões, lençóis, travesseiros e bornais, bem como todo o fardamento dos soldados, ou seja, calças, fardetas e fardas que eram atribuição dos alfaiates, e camisas e blusas para o trabalho, confeccionadas por costureiras, sem contar os tecidos para a confecção destas obras que eram fornecidos por atacadistas. Estas encomendas eram em tão grande volume que superavam de longe a capacidade dos ateliês de costura, mesmo dos maiores. O que ensejou o surgimento de fornecedores que contratavam o serviço de pequenas costureiras às quais distribuíam os tecidos e as respectivas encomendas e estabeleciam os prazos de entrega das obras contratadas.

Um anúncio, anterior à Guerra do Paraguai (1864-1870) que deu ainda maior vigor a este setor, dá uma ideia do seu dinamismo e do papel das “*costuras do Arsenal*” no seu crescimento, chegando a criar um mercado específico para “*costureiras acostumadas a coser costuras do Arsenal*” e para costureiras “*maquinistas*”, ou seja, que sabiam usar a máquina de coser. Ele avisava que o setor de Costuras do Arsenal de Guerra da Corte estava aceitando propostas para a

execução de “6.100 calças de brim branco, 6.000 camisas de algodão e 2.000 bornais de brim para o Exército” (JC, 26/08/1862, Declarações, p. 2).

A disputa pelas maiores e melhores fatias na distribuição das encomendas deu logo margem à corrupção dos responsáveis pelo setor que se deixavam subornar pelas costureiras mais ricas, em detrimento das mais pobres e necessitadas que se contavam aos milhares. Este fato, denunciado pela imprensa e sabido de todos, se arrastou durante as quatro últimas décadas do século XIX.

Ainda uma vez, as mulheres se excediam em sua capacidade de organizadoras da produção fazendo uso de seu poder, não só de sedução (eram chamadas de “*lindas moças*”), mas também financeiro, para obter proteção e vantagens na distribuição das “*costuras do Arsenal*”. Elas participavam, e com muito desembaraço, das novas e modernas relações mercantis baseadas no suborno introduzidas pelo capitalismo.

Foram elas, também, que inovaram as técnicas de venda do comércio varejista da cidade com suas lojas bem arrumadas, mercadorias bem expostas, vitrines iluminadas, vendedoras bem apresentadas e amáveis, enfim, com o seu saber-fazer comercial europeu, capitalista. E foram, sem dúvida, as primeiras empresárias capitalistas da cidade. E, diferentemente das “empresárias domésticas”, elas se anunciavam em grandes espaços dos jornais em que, vitoriosas, ostentavam orgulhosamente seus sobrenomes, sempre acompanhados do pronome de tratamento “madame”. Muitas delas prosperaram e se enriqueceram. Então, era comum voltarem aos seus países de origem de onde haviam saído pobres, e aos quais retornavam ricas e triunfantes, instalando-se nos melhores pontos comerciais. Foi o caso da fabricante de espartilhos Henriette Charavel que, desde 1860, anunciava sua fábrica “Ao Colete Nacional” anexa à sua loja de modas em que aprontava toda a sorte de vestidos, chapéus, manteletes etc. (JC, 13/09/1860, Anúncios, p. 4). Em 1877, Mme. Charavel, “*coleteira de S. M. Imperial e Suas Altezas Imperiais*”, depois de vinte anos, regressou a Paris, se estabeleceu no mesmo ramo de negócios e continuou a receber encomendas de suas clientes cariocas, diretamente ou através de seu correspondente no Rio de Janeiro (JC, 29/10/1877, p. 1).

Algumas considerações finais

Trocando em miúdos, vimos, por tudo o que foi exposto até aqui, que tanto o *modo de produção doméstico mercantil escravista urbano*, quanto o *modo de produção doméstico mercantil assalariado urbano*, estimularam o surgimento de mulheres “empresárias” com atividades votadas ao mercado. A base de seu saber-fazer, inclusive o controle e punição dos escravos, era a sua experiência doméstica enquanto mulheres e enquanto donas de casa. Por isso, suas atividades mercantis se centraram na formação, aluguel e venda de escravos, especial-

mente empregados domésticos qualificados e com certas especialidades (sem serem especializados, pois exerciam diferentes ocupações, às vezes ao mesmo tempo), na produção de alimentos preparados para a venda ambulante nas ruas ou em pensões de “comida para fora”, e na locação de cômodos, com comida (as pensões de família) ou sem. E, em todas estas atividades, se fizeram secundar por trabalhadores, primeiramente escravos e depois, concomitantemente, livres. Mas, com a alta do preço dos escravos e a grande oferta de imigrantes baratos, foram, sem dúvida alguma, as donas de casa dos setores médios mais baixos da população as que mais empregaram trabalhadores assalariados, de ambos os sexos, na economia doméstica mercantil.

Nas famílias burguesas de pequenos e médios comerciantes, as senhoras, liberadas das atividades propriamente domésticas, realizadas por escravas ou criadas livres, ajudavam seus maridos em seus negócios e, quando viúvas, ficavam à frente deles. Estas mulheres passaram a ocupar papéis de empresárias capitalistas, algumas muito bem-sucedidas, até então privilégio masculino ou de estrangeiras.

Da mesma forma, as “*casas de pouca família*”, em geral de casais dos setores médios com poucos filhos ou sem filhos, bem como de mulheres que viviam sós ou com suas companheiras, puderam dispor de uma empregada livre, barata, “*para todo o serviço*”, que podia até “*dormir fora*” (não ocupando espaço nas casas), e ficaram livres para trabalhar “produtivamente”, em casa ou mesmo na rua, aproveitando as oportunidades apresentadas pelo novo mercado de trabalho urbano que se abria. Ou, então, ociosas, empregavam seu tempo livre para passear pelas ruas, olhar as vitrines, flertar e (por que não?) enganar os seus maridos. Logo, a libertação da mulher no âmbito da casa foi possível pela exploração do trabalho de outras mulheres, ou mesmo crianças.

Entretanto, se as conquistas obtidas pelas mulheres – fossem elas empresárias, profissionais liberais autônomas ou assalariadas – contribuíram para diminuir o preconceito contra o trabalho feminino fora de casa, não o superaram. Assim, dele seguiram sendo vítimas, percebidas como mulheres “fáceis”, quando não eram assimiladas às prostitutas por circularem pelas ruas, como as professoras, as parteiras e as costureiras, ou por cuidarem de corpos masculinos, como as enfermeiras e suas auxiliares. O preconceito contra a mulher livre que trabalhava, especialmente fora do lar, era cultural.

Ao contrário, nas famílias ricas, as senhoras escravistas, ao se liberarem das tarefas domésticas – sobretudo do aleitamento e cuidado de seus filhos, que transferiam a outras famílias em troca de remuneração, e, depois, já maiores, a colégios internos – passaram a se dedicar cada vez mais ao lar, ao marido e a atividades sociais e de lazer, perdendo em independência e autonomia. Em consequência, o domus, mesmo nos setores médios não escravistas da população, vê se esvanecer aos poucos sua função de lócus do *modo de produção doméstico mercantil urbano* e tende a se tornar um “lar burguês”, escravista ou

assalariado, em que a senhora, “improdutiva” e “consumista”, segundo o modelo europeu, estava economicamente submetida a seu marido.

Quanto ao preconceito contra o trabalho doméstico, ele também se transformou acompanhando a evolução da economia doméstica de escrava para assalariada. A depreciação do trabalho doméstico *no modo de produção doméstico mercantil escravista* era social e não econômica, uma vez que o escravo era uma mercadoria cara e seu valor aumentava na proporção direta dos investimentos feitos na sua formação profissional, na sua qualificação. Ou seja, era um trabalho economicamente valorizado na medida em que era uma mercadoria cara e a propriedade de muitos escravos era apanágio dos ricos e motivo de prestígio social, e a sua venda ou seu aluguel era uma das principais fontes de renda da população livre carioca. Em outras palavras, se o trabalho escravo era economicamente valorizado, o trabalhador escravo era humilhado e desprezado.

A desvalorização econômica do trabalho doméstico se deu a partir do momento em que a escravo doméstico deixou de ser um emprego produtivo do capital (renda-aluguel), quando o mercado de trabalho foi investido por trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, especialmente mulheres, mais baratos. De fato, já em 1872, os empregados domésticos livres constituíam 59% de toda a domesticidade, que se feminizava rapidamente. Esta feminização, que naquele mesmo ano atingia 61% do pessoal doméstico da cidade, se acentuou e se acelerou com o fim da escravidão, em 1888, com a chegada de ex-escravas que abandonavam o campo em busca de um emprego na capital do Império. Ou seja, uma abundante oferta de mulheres desprotegidas e desamparadas, obrigadas a viver no próprio local do emprego, onde as relações de trabalho se confundiam com relações extraeconômicas, inclusive afetivas. Assim, sujeitas à exploração indiscriminada de suas patroas, que lhes impunham as condições de trabalho e seu preço, e ao assédio sexual dos homens da casa, esta categoria profissional que já era socialmente desvalorizada, se depreciou economicamente e se viu completamente aviltada.

Este fato demonstra que a passagem do *modo de produção doméstico escravista para o modo de produção doméstico assalariado* se fez pela mudança nas relações de produção, ou seja, pela substituição da mão-de-obra escrava pela livre (às vezes, era o mesmo trabalhador que mudava de status social), sem que as forças produtivas se transformassem e, poderíamos mesmo afirmar que, em certas situações, como no caso da empregada “*para todo o serviço*”, com um declínio da qualidade do trabalhador. Do que se poderia depreender que, no século XIX, à medida que as relações assalariadas e mais produtivas, tipicamente capitalistas, invadiam os setores comerciais, industriais e financeiros da economia urbana carioca, houve um retrocesso nas relações de trabalho assalariadas no âmbito doméstico que se mesclavam com relações extraeconômicas.

As condições do trabalho doméstico ao longo do século XIX permaneceram praticamente imutáveis. As poucas inovações ocorridas, quase todas

na segunda metade do século – como a introdução de novos utensílios de cozinha, livros de receitas (Cozinheiro Imperial, 1840; Doceiro Nacional e Cozinheiro Nacional, 1882) e, especialmente, o “fogão econômico” (de ferro, móvel e que economizava lenha), além da introdução da iluminação a gás, água potável e esgoto no interior das casas – provavelmente melhoraram as condições de trabalho e aumentaram a sua produtividade, bem como a qualidade do produto, mas não foram suficientemente profundas para modificar as relações domésticas de trabalho e de produção que continuaram muito pessoais e, quando deixaram de ser escravistas, deram lugar a novas relações de trabalho extraeconômicas com forte tendência à desmonetização.

Concluindo, poder-se-ia afirmar que o *modo de produção doméstico*, no Rio de Janeiro, ainda durante a colônia, ao se subordinar ao *modo de produção “colonial” escravista*, por sua vez submetido ao capital comercial, tomou a forma escravista e mercantil. Tratava-se, pois, de uma subordinação “formal” do trabalho ao capital. No entanto, com o fim da escravidão, sua subordinação ao capital industrial não tomou sua forma “real”, assalariada, de exploração puramente econômica, mas tendeu para formas de exploração não-econômicas como a “proteção” e a retribuição não monetária, ainda que parcial, dos serviços prestados, como casa, roupa e comida, mantendo-se, portanto, a sua subordinação “formal” ao capital.

Poderíamos dizer, também, que a mulher, no *modo de produção doméstico mercantil*, fosse ele escravista ou assalariado, detinha uma importância econômica e um poder doméstico inusitados que contrastavam de maneira berrante com o papel submisso que oficialmente lhe era atribuído pela sociedade carregadamente machista da época. Sociedade que lhe negava toda visibilidade enquanto organizadora da produção e responsável pelo movimento de parte significativa do mercado da restauração e da moradia, bem como da confecção. Sociedade que, na medida em que se aburguesava, procurava moldá-la e prendê-la à figura importada da mulher romântica, consumista, improdutivo e submissa a seu marido, seu senhor e provedor.

Por este motivo, foi preciso dissimular a presença da dona de casa empresária, forte e dinâmica, nos anúncios comerciais, nas fontes oficiais e nos relatos dos viajantes, bem como nos artigos de jornais que lhe eram dedicados e nos romances e peças de teatro da época que privilegiavam a mulher romântica e ridicularizavam a mulher-homem, fanchona, como eram vistas todas as mulheres que, por seu trabalho e seu empreendedorismo, se rebelavam contra a ordem estabelecida. Fazia-se necessário calá-las e apagá-las.

As reflexões contidas neste artigo são uma tentativa teórico-metodológica de dar visibilidade e restituir a palavra à mulher na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, especialmente a dona de casa.

Bibliografia e fontes.

Acerbi, P. (2017). *Street Occupations: Urban Vending in Rio de Janeiro, 1850-1925*. Austin: University of Texas Press.

Algranti, L. (1988). *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes.

Campbell, C. (2001). *A ética romântica e o espírito do novo consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

Cardoso, C. (1973). Observações sobre o dossiê preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial. In Parain, C. [et al.]. *Sobre o feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa.

Copans, J. (1987). Des modes domestiques aux modes salariés : cycles de prolétarianisation et proto-prolétarianisation féminine. Réflexions à partir d'exemples africains. *Cahiers Sciences Humaines* : 23(1), 75-87.

Debret, J.-B. (1835). *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, tome II. Paris : Firmin Didot Frères. De: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5570716d.r=Debret%2C%20Jean-Baptiste>

Delphy, C. (2001). *Penser le genre. L'ennemi principal*. Collection "Nouvelles Questions Féministes". Paris : Éditions Syllepse.

El-Kareh, A. (2004). Famílias adotivas, amas-de-leite e amas-secas e o comércio de leite materno e de carinho na Corte do Rio de Janeiro. *Gênero*, 4 (2), 9-30.

El-Kareh, A. (2005). Meninos vagabundos e meninas prostitutas: o trabalho livre e compulsório na Corte do Império do Brasil, *XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica/SBPH*, Rio de Janeiro: SBPH.

El-Kareh, A. (2005-2007). A pobreza pertinho do céu: moradia e alimentação dos pobres no Rio de Janeiro (1850-1889). *Revista Maracanan*, 3 (1), 76-96.

El-Kareh, A. (2008). Comida quente, mulher ausente: produção doméstica e comercialização de alimentos preparados no Rio de Janeiro no século XIX. *Caderno Espaço Feminino*, 19(1), 89-115.

EL-Kareh, A. (2016). As artimanhas do Braguinha e a invenção do cafezinho.

In Prado, S. et al. (Orgs.). *Estudos Socioculturais em Alimentação e Saúde: Saberes em Rede*, pp. 125-160. Rio de Janeiro: Eduerj.

Graham, S. (1992). *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Viviana Bosi (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Karasch, M. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Pedro Maia Soares (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Jornal do Commercio (1833). Rio de Janeiro, RJ. De: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-do-commercio/758248>

Meillassoux, C. (1975). *Femmes, greniers et capitaux*, Paris: Maspero.

Ministério da Justiça (1870): Relatório do Chefe da Polícia. Anexo A. 21-22. De: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1863/000040.html>

O Paiz (1884-1934). Rio de Janeiro, RJ. De: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/paiz/178691>

Pfeiffer, I. (1859). *Voyage d'une femme autour du monde*. W. de Suckau, (Trad.). Paris: Imprimerie de Ch. Lahure et Cie. De: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6544120v.r=Pfeiffer%2C%20Ida>

Pradez, C. (1872). *Nouvelles études sur le Brésil*. Paris : Ernest Thorin. De: <https://archive.org/details/nouvellesetudess00prad>

Silva, M. R. (1988). *Negro na rua. A nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec.

Soares, L. C. (2007). *O "Povo de Cam" na capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj.

Toussaint-Samson, A. (1883). *Une Parisienne au Brésil*, Paris: Paul Ollendorff éditeur. De: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5747774p.r=Adele%20Toussaint-Samson>